

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2017)

Exercício de 2017

ISOLADO:6 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBIMIRIM

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	1.033.000,00	1.033.000,00	1.069.760,24	36.760,24
RECEITA PATRIMONIAL	49.000,00	49.000,00	16.374,79	-32.625,21
Receitas de Valores Mobiliários	49.000,00	49.000,00	16.374,79	-32.625,21
TRANSFERENCIAS CORRENTES	972.000,00	972.000,00	977.523,60	5.523,60
Transferências Intergovernamentais	899.000,00	899.000,00	963.530,03	64.000,00
Transferências de Convênios	73.000,00	73.000,00	13.993,57	-59.006,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.000,00	12.000,00	75.861,85	63.861,85
Indenizações e Restituições	12.000,00	12.000,00	75.861,85	63.861,85
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	1.033.000,00	1.033.000,00	1.069.760,24	36.760,24
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	1.033.000,00	1.033.000,00	1.069.760,24	36.760,24
DÉFICIT (IV)			946.716,56	
TOTAL (V) = (III+IV)	1.033.000,00	1.033.000,00	2.016.476,80	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	



Documento Assinado em 31/12/2017 por José Adauto da Silva
 Acesse em: https://www.tre.com.br/ibimirim/portal/assine/assinatura.aspx?CodigoDoc=semCodigoDoc&CodigoDoc=13da0113-c1c2-486f-9f7b-078310259d47

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2017)

Exercício de 2017



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	3.226.000,00	3.251.000,00	1.976.397,80	1.976.397,70	1.868.502,46	1.274.602,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.638.000,00	1.505.601,31	962.303,39	962.303,39	890.134,03	543.297,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.588.000,00	1.745.398,69	1.014.094,41	1.014.094,31	978.368,43	731.304,28
DESPESAS DE CAPITAL	214.000,00	192.000,00	40.079,00	40.079,00	38.889,10	151.921,00
INVESTIMENTOS	214.000,00	192.000,00	40.079,00	40.079,00	38.889,10	151.921,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.440.000,00	3.443.000,00	2.016.476,80	2.016.476,70	1.907.391,56	1.426.523,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	3.440.000,00	3.443.000,00	2.016.476,80	2.016.476,70	1.907.391,56	1.426.523,30
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	3.440.000,00	3.443.000,00	2.016.476,80	2.016.476,70	1.907.391,56	1.426.523,30

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	3.330,00	90.852,47	3.330,00	3.330,00	90.852,47	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	53.344,43	0,00	0,00	53.344,43	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.330,00	37.508,04	3.330,00	3.330,00	37.508,04	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.330,00	90.852,47	3.330,00	3.330,00	90.852,47	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	37.117,86	87.844,02	26.956,64	0,00	98.005,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.632,03	80.844,02	14.486,64	0,00	94.989,41
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.485,83	7.000,00	12.470,00	0,00	3.015,83
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	37.117,86	87.844,02	26.956,64	0,00	98.005,24

Documento assinado digitalmente por JOSÉ ADALTO DA SILVA em 31/12/2017 às 14:01:48. Endereço eletrônico: https://www.ibimirim.ma.gov.br/portal/validaDoc.aspx?codigo_documento=13da018c-1c27-4861-977b-078310259d47

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: Fundo Municipal de Assistência Social de Ibimirim (Pernambuco)
CNPJ: 13.900.848/0001-19.
Domicílio da entidade: Rua Santa Izabel, nº 416 – Bairro: Centro – Cidade: Ibimirim – Pernambuco – CEP: 56.580.000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Prefeitura Municipal de Ibimirim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE é de 28.985 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1.4. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 745 de 28 de outubro de 2016 (LOA 2017). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasse dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
Dados do Gestor: Nome: Gracineide dos Santos Vasconcelos: Secretária de Assistência Social. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2017.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Thiago Rodrigo de Sá. CRC-PE nº 027379/O-6. E-mail: thiagorodrigo.sa@cespam.com.br.

a) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 840/2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.6 RI. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
b.2. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
b.3. Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.
b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário.
b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SÁ. JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://reec.tec.pe.gov.br/cepf/validarDocumento.aspx?Codigo=documento-3da0113-c1c2-486f-977b-078310259d47>



Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

b) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

<p>c.1. Resultados da Receita Orçamentária: A previsão de arrecadação de receitas da entidade para o exercício de 2017 foi de R\$ 1.033.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 1.069.760,24, o que representa um superávit de arrecadação de R\$ 36.760,24. Desta forma, o coeficiente de arrecadação foi de 103,56%.</p>
<p>c.2. Resultados da Despesa Orçamentária: A despesa autorizada somando-se os créditos adicionais totalizam R\$ 3.251.000,00. O valor empenhado foi de R\$ 1.976.397,80, o liquidado R\$ 1.976.397,70, e o pago R\$ 1.868.502,46. A economia orçamentária foi de R\$ 1.274.602,20. O coeficiente de execução foi de 60,79%.</p>
<p>c.3. Resultados da Execução Orçamentária: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 1.069.760,24), menos as despesas empenhadas (R\$ 1.976.397,80) houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ - 906.637,56. É necessário deixar evidente este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário. Sendo assim, ao inserirmos o valor de R\$ 426.781,83 decorrentes dos saldos bancários vindos de 2016, e que deu lastro financeiro para execução orçamentária do exercício de 2017 temos o valor de R\$ - 479.855,73.</p>
<p>c.4. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (Anexo 1): Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 3.330,00. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizou R\$ 90.852,47. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 3.330,00, e pagos R\$ 3.330,00. Foram cancelados o valor de R\$ 90.852,47, restando de saldo o valor de R\$ 0.</p>
<p>c.5. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados (Anexo 2): Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 37.117,86, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 87.844,02. Desde montante foram pagos R\$ 26.956,64 e cancelados R\$ 0, restando de saldo a pagar R\$ 98.005,24.</p>
<p>c.6. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários: Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário.</p>
<p>c.7 Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias: O Fundo Municipal de Assistência Social não arrecada Receita Intra-Orçamentária.</p>
<p>c.8 Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias: No exercício de 2017 o empenhado de despesas intra-orçamentárias foi de R\$ 19.954,80, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.</p>
<p>c.9. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA: Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.</p>
<p>c.10. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente: As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2016 foram de R\$ 426.781,83. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.</p>
<p>c.11. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário: Não houveram transferências concedidas. Enquanto as recebidas somam R\$ 977.523,60.</p>

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SA. JOSE ADAUTO DA SILVA
 Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 13da0113-c1c2-486f-9f7b-078310259d47

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SA, JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f3da0113-c1c2-486f-9f7b-078310259d47

c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não se aplica a este demonstrativo.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Nome do Gestor: Gracineide dos
Santos Vasconcelos
Cargo: Secretária de Assistência
Social

Thiago Rodrigo de Sá
Contador
CRC PE Nº 027379/O-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2017)

Exercício de 2017

ISOLADO:5 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	17.494.000,00	17.494.000,00	14.601.406,12	-2.892.593,88
RECEITA PATRIMONIAL	122.000,00	122.000,00	55.361,25	-66.638,75
Receitas de Valores Mobiliários	122.000,00	122.000,00	55.361,25	-66.638,75
TRANSFERENCIAS CORRENTES	17.372.000,00	17.372.000,00	14.544.786,48	-2.827.213,52
Transferências Intergovernamentais	17.112.000,00	17.112.000,00	14.302.686,48	-2.809.313,52
Transferências de Convênios	260.000,00	260.000,00	242.100,00	-17.900,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	1.258,39	1.258,39
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	1.258,39	1.258,39
RECEITAS DE CAPITAL	1.679.000,00	1.679.000,00	159.888,41	-1.519.111,59
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.679.000,00	1.679.000,00	159.888,41	-1.519.111,59
Transferências de Convênios	1.679.000,00	1.679.000,00	159.888,41	-1.519.111,59
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	19.173.000,00	19.173.000,00	14.761.294,53	-4.411.705,47
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	19.173.000,00	19.173.000,00	14.761.294,53	-4.411.705,47
DÉFICIT (IV)			5.623.795,92	
TOTAL (V) = (III+IV)	19.173.000,00	19.173.000,00	20.385.090,45	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	



Documento Assinado em 31/12/2017 por JOSÉ ADALTO DA SILVA
 Acesso em: https://www.ibimirim.ma.gov.br/portal/verdocumento.aspx?CodigoDocumento:13440113-c1c2-486f-9f7b-078310259d47

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2017)

Exercício de 2017



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	21.115.000,00	23.001.000,00	19.502.407,29	18.426.584,35	16.667.919,98	3.498.597,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.219.000,00	16.854.900,00	14.011.711,03	14.011.711,03	12.835.985,85	2.843.188,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.896.000,00	6.146.100,00	5.490.696,26	4.414.873,32	3.831.934,13	655.200,74
DESPESAS DE CAPITAL	2.885.000,00	996.000,00	882.683,16	776.808,62	776.808,62	113.191,84
INVESTIMENTOS	2.885.000,00	996.000,00	882.683,16	776.808,62	776.808,62	113.191,84
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	24.000.000,00	23.997.000,00	20.385.090,45	19.203.392,97	17.444.728,60	3.611.009,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	24.000.000,00	23.997.000,00	20.385.090,45	19.203.392,97	17.444.728,60	3.611.009,55
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	24.000.000,00	23.997.000,00	20.385.090,45	19.203.392,97	17.444.728,60	3.611.009,55

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	18.447,81	2.570.988,17	0,00	0,00	1.668.859,64	920.676,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.447,81	2.394.084,32	0,00	0,00	1.668.859,64	743.972,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	176.903,85	0,00	0,00	0,00	176.903,85
DESPESAS DE CAPITAL	19.634,74	334.805,88	51.679,51	48.497,68	0,00	305.162,94
INVESTIMENTOS	19.634,74	334.805,88	51.679,51	48.497,68	0,00	305.162,94
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	38.082,55	2.905.794,05	51.679,51	48.497,68	1.668.859,64	1.226.519,28

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	2.330.635,03	764.355,79	909.039,16	11.103,16	2.174.848,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.384.701,57	360.342,69	522.725,96	9.157,88	1.213.160,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	945.933,46	404.013,10	386.313,20	1.945,28	961.688,08
DESPESAS DE CAPITAL	5.411,56	0,00	0,00	0,00	5.411,56
INVESTIMENTOS	5.411,56	0,00	0,00	0,00	5.411,56
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.336.046,59	764.355,79	909.039,16	11.103,16	2.180.260,06

FUNDO DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBIMIRIM



NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: Fundo Municipal de Educação de Ibimirim (Pernambuco)
CNPJ: 11.156.248/0001-62.
Domicílio da entidade: Rua Cardeal Arcoverde, nº 219 – Bairro: Centro – Cidade: Ibimirim – Pernambuco – CEP: 56.580.000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Prefeitura Municipal de Ibimirim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE é de 28.985 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1.4. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 745 de 28 de outubro de 2016 (LOA 2017). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasse dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
Dados do Gestor: Nome: Claudia Gomes dos Santos Domingos Silva: Secretária de Educação. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2017.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Thiago Rodrigo de Sá. CRC-PE nº 027379/O-6. E-mail: thiagorodrigo.sa@cespam.com.br.

a) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 840/2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.6 RI. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
b.2. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
b.3. Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.
b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário.
b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SÁ. JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: https://reec.tec.pe.gov.br/epi/validarDocumento?codigo_documento=13da0113-c1c2-486f-977b-078310259d47



b) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

<p>c.1. Resultados da Receita Orçamentária: A previsão de arrecadação de receitas da entidade para o exercício de 2017 foi de R\$ 19.173.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 14.761.294,53, o que representa um déficit de arrecadação de R\$ -4.411.705,47. Desta forma, o coeficiente de arrecadação foi de 76,99%.</p>
<p>c.2. Resultados da Despesa Orçamentária: A despesa autorizada somando-se os créditos adicionais totalizam R\$ 23.997.000,00. O valor empenhado foi de R\$ 20.385.090,45, o liquidado R\$ 19.203.392,97, e o pago R\$ 17.444.728,60. A economia orçamentária foi de R\$ 3.611.909,55. O coeficiente de execução foi de 84,95%.</p>
<p>c.3. Resultados da Execução Orçamentária: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 14.761.294,53), menos as despesas empenhadas (R\$ 20.385.090,45) houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ - 5.623.795,92. É necessário deixar evidente este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário. Sendo assim, ao inserirmos o valor de R\$ 925.759,28, decorrentes dos saldos bancários vindos de 2016, e que deu lastro financeiro para execução orçamentária do exercício de 2017 temos o valor de R\$ - 4.698.036,64.</p>
<p>c.4. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (Anexo 1): Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 38.082,55. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizou R\$ 2.905.794,05. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 51.679,51 e pagos R\$ 48.497,68. Foram cancelados o valor de R\$ 1.668.859,64, restando de saldo o valor de R\$ 1.226.519,28.</p>
<p>c.5. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados (Anexo 2): Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 2.336.046,59, e inscritos em 31 de dezembro do exercício R\$ 764.355,79. Desde montante foram pagos R\$ 909.039,16 e cancelados R\$ 11.103,16, restando de saldo a pagar R\$ 2.180.260,06.</p>
<p>c.6. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários: Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário.</p>
<p>c.7 Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias: O Fundo Municipal de Educação não arrecada Receita Intra-Orçamentária.</p>
<p>c.8 Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias: No exercício de 2017 o empenhado de despesas intra-orçamentárias foi de R\$ 2.171.390,44, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.</p>
<p>c.9. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA: Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.</p>
<p>c.10. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente: As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2016 foram de R\$ 925.759,28. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.</p>
<p>c.11. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário: Não houveram transferências concedidas. Enquanto as recebidas somam R\$ 14.544.786,48.</p>

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SA. JOSE ADAUTO DA SILVA
 Acesse em: <https://stece.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 13da0113-c-1c2-486f-9f7b-078310259d47



c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não se aplica a este demonstrativo.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Claudia Gomes dos Santos
Domingos Silva
Secretária de Educação

Nome: Thiago Rodrigo de Sá
Contador
CRC PE Nº 027379/O-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2017)

Exercício de 2017



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	14.378.000,00	14.485.225,07	10.898.535,29	10.898.535,29	10.394.940,69	3.586.689,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.561.000,00	9.914.512,65	7.637.180,41	7.637.180,41	7.405.160,68	2.277.332,24
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.815.000,00	4.568.712,42	3.261.354,88	3.261.354,88	2.989.780,01	1.307.357,54
DESPESAS DE CAPITAL	2.055.000,00	1.942.774,93	1.050.921,32	990.893,35	970.765,35	891.881,56
INVESTIMENTOS	2.053.000,00	1.940.774,93	1.050.921,32	990.893,35	970.765,35	889.551,61
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	16.433.000,00	16.428.000,00	11.949.456,61	11.889.428,64	11.365.706,04	4.478.571,39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	16.433.000,00	16.428.000,00	11.949.456,61	11.889.428,64	11.365.706,04	4.478.571,39
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	16.433.000,00	16.428.000,00	11.949.456,61	11.889.428,64	11.365.706,04	4.478.571,39

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	213.899,87	1.284.085,14	966.762,49	956.935,52	531.222,52	9826,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	213.899,87	1.284.085,14	966.762,49	956.935,52	531.222,52	9826,97
DESPESAS DE CAPITAL	525.296,33	81.707,47	388.325,39	388.325,39	218.678,41	0,00
INVESTIMENTOS	525.296,33	81.707,47	388.325,39	388.325,39	218.678,41	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	739.196,20	1.365.792,61	1.355.087,88	1.345.260,91	749.900,93	9.826,97

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	651.879,93	581.336,34	471.068,23	133.368,86	628.779,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	202.510,52	494.286,57	174.697,42	3.561,36	518.538,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	449.369,41	87.049,77	296.370,81	129.807,50	110.240,87
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	20.672,92	19.672,92	1.000,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	20.672,92	19.672,92	1.000,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	651.879,93	602.009,26	490.741,15	134.368,86	628.779,18

FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIMIRIM



NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: Fundo Municipal de Saúde de Ibimirim (Pernambuco)
CNPJ: 10.427.619/0001-30.
Domicílio da entidade: Rua Manoel Vicente, nº 360 – Bairro: Centro – Cidade: Ibimirim – Pernambuco – CEP: 56.580.000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Prefeitura Municipal de Ibimirim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE é de 28.985 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1.4. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 745 de 28 de outubro de 2016 (LOA 2017). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasse dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
Dados do Gestor: Nome: José Nilton de Carvalho: Secretário de Saúde. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2017.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Thiago Rodrigo de Sá. CRC-PE nº 027379/O-6. E-mail: thiagorodrigo.sa@cespam.com.br.

a) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 840/2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.6 RI. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
b.2. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
b.3. Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.
b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário.
b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SÁ. JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://recepcepcr.gov.br/epi/validarDocumento?codigoDocumento:13da0113-c1c2-486f-97b-078310259d47>

FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIMIRIM



b) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

<p>c.1. Resultados da Receita Orçamentária: A previsão de arrecadação de receitas da entidade para o exercício de 2017 foi de R\$ 10.505.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 7.780.321,78, o que representa um déficit de arrecadação de R\$ -2.724.678,22. Desta forma, o coeficiente de arrecadação foi de 74,06%.</p>
<p>c.2. Resultados da Despesa Orçamentária: A despesa autorizada somando-se os créditos adicionais totalizam R\$ 16.428.000,00. O valor empenhado foi de R\$ 11.949.456,61, o liquidado R\$ 11.889.428,64, e o pago R\$ 11.365.706,04. A economia orçamentária foi de R\$ 4.478.543,39. O coeficiente de execução foi de 72,74%.</p>
<p>c.3. Resultados da Execução Orçamentária: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 7.780.321,78), menos as despesas empenhadas (R\$ 11.949.456,61) houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ - 4.082.960,86. É necessário deixar evidente este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário. Sendo assim, ao inserirmos o valor de R\$ 1.097.213,11, decorrentes dos saldos bancários vindos de 2016, e que deu lastro financeiro para execução orçamentária do exercício de 2017 temos o valor de R\$ -2.985.747,75.</p>
<p>c.4. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (Anexo 1): Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 739.196,20. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizou R\$ 1.365.792,61. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 1.355.087,88 e pagos R\$ 1.345.260,91. Foram cancelados o valor de R\$ 749.900,93, restando de saldo o valor de R\$ 9.826,97.</p>
<p>c.5. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados (Anexo 2): Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 651.879,93, e inscritos em 31 de dezembro do exercício R\$ 602.009,26. Desde montante foram pagos R\$ 490.741,15 e cancelados R\$ 134.368,86, restando de saldo a pagar R\$ 628.779,18.</p>
<p>c.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados: Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário.</p>
<p>c.7 Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias: O Fundo Municipal de Saúde não arrecada Receita Intra-Orçamentária.</p>
<p>c.8 Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias: No exercício de 2017 o empenhado de despesas intra-orçamentárias foi de R\$ 649.054,66, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.</p>
<p>c.9 Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA: Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.</p>
<p>c.10. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente: As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2016 foram de R\$ 1.097.213,11. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.</p>
<p>c.11. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário: Não houveram transferências concedidas. Enquanto as recebidas somam R\$ 7.139.958,94.</p>

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SA. JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 13da0113-c1c2-486f-9f7b-078310259d47

FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIMIRIM



c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não se aplica a este demonstrativo.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Nome do Gestor: José
Nilton de Carvalho
Cargo: Secretário de
Saúde

Nome: Thiago Rodrigo de Sá
Contador
CRC PE Nº 027379/O-6

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SA, JOSE ADAUTTO DA SILVA
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f3da0113-c1c2-486f-9f7b-078310259d47

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2017)

Exercício de 2017

ISOLADO:4 - FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIMIRIM

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	19.264,82	14.264,82
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	5.699,20	5.699,20
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	5.699,20	5.699,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	13.565,62	8.565,62
Indenizações e Restituições	5.000,00	5.000,00	13.565,62	8.565,62
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	5.000,00	5.000,00	19.264,82	14.264,82
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	5.000,00	5.000,00	19.264,82	14.264,82
DÉFICIT (IV)			208.760,84	208.760,84
TOTAL (V) = (III+IV)	5.000,00	5.000,00	228.025,66	223.025,66
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro		0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	0,00



Documento Assinado em 31/12/2017 por JOSE ADALTO DA SILVA
 Acesso em: https://www.ibimirim.ma.gov.br/epi/validarDoc.aspx?Codigo_documento:13da0113-c1c2-486f-9f7b-078310259d47

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2017)

Exercício de 2017



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	230.000,00	312.000,00	228.025,66	228.025,66	219.763,06	83.974,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.000,00	23.000,00	900,00	900,00	900,00	22.100,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.000,00	289.000,00	227.125,66	227.125,66	218.863,06	61.874,34
DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
INVESTIMENTOS	130.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	360.000,00	360.000,00	228.025,66	228.025,66	219.763,06	131.236,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	360.000,00	360.000,00	228.025,66	228.025,66	219.763,06	131.236,34
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	360.000,00	360.000,00	228.025,66	228.025,66	219.763,06	131.236,34

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	18.133,26	4.000,00	4.000,00	14.133,26	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	18.133,26	4.000,00	4.000,00	14.133,26	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	18.133,26	4.000,00	4.000,00	14.133,26	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	10.656,95	4.000,00	6.656,95	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	10.656,95	4.000,00	6.656,95	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	10.656,95	4.000,00	6.656,95	0,00

Documento assinado digitalmente por JOSÉ ADALTO DA SILVA em 13/12/2017 às 14:47:34. Documento válido. Código do documento: 13da01861-977b-078310259d47

FUNDO DE DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE



NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: Fundo de Defesa da Criança e Adolescente de Ibimirim (Pernambuco)
CNPJ: 04.472.435/0001-90.
Domicílio da entidade: Rua Santa Izabel, nº 438 – Bairro: Centro – Cidade: Ibimirim – Pernambuco – CEP: 56.580.000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Prefeitura Municipal de Ibimirim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE é de 28.985 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1.4. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 745 de 28 de outubro de 2016 (LOA 2017). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasse dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
Dados do Gestor: Nome: Romário Rodrigues Pereira: Presidente do Conselho. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2017.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Thiago Rodrigo de Sá. CRC-PE nº 027379/O-6. E-mail: thiagorodrigo.sa@cespam.com.br.

a) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 840/2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.6 RI. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
b.2. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
b.3. Bases de mensuração utilizadas: Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.
b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário.
b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SÁ. JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://reec.tce-pe.gov.br/epi/originais/Processo/originais/Documento/13da0113-c1c2-486f-917b-078210250417>

FUNDO DE DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE



Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

b) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

<p>c.1. Resultados da Receita Orçamentária: A previsão de arrecadação de receitas da entidade para o exercício de 2017 foi de R\$ 5.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 19.264,82, o que representa um superávit de arrecadação de R\$ 14.264,82. Desta forma, o coeficiente de arrecadação foi de 385,30%.</p>
<p>c.2. Resultados da Despesa Orçamentária: A despesa autorizada somando-se os créditos adicionais totalizam R\$ 360.000,00. O valor empenhado foi de R\$ 228.025,66, o liquidado R\$ 228.025,66, e o pago R\$ 219.763,06. A economia orçamentária foi de R\$ 131.974,34. O coeficiente de execução foi de 73,08%.</p>
<p>c.3. Resultados da Execução Orçamentária: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 19.264,82), menos as despesas empenhadas (R\$ 228.025,66) houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ -208.760,84. É necessário deixar evidente este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário. Sendo assim, ao inserirmos o valor de R\$ 65.910,64, decorrentes dos saldos bancários vindos de 2016, e que deu lastro financeiro para execução orçamentária do exercício de 2017 temos o valor de R\$ -142.850,20.</p>
<p>c.4. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (Anexo 1): Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 0,00. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizou R\$ 18.133,26. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 4.000,00 e pagos R\$ 4.000,00. Foram cancelados o valor de R\$ 14.133,26, restando de saldo o valor de R\$ 0,00.</p>
<p>c.5. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados (Anexo 2): Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 10.656,95. Desde montante foram pagos R\$ 4.000,00 e cancelados R\$ 6.656,95, restando de saldo a pagar R\$ 0,00.</p>
<p>c.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados: Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário.</p>
<p>c.7 Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias: O FUNDECA não arrecada Receita Intra-Orçamentária.</p>
<p>c.8 Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias: No exercício de 2017 o empenhado de despesas intra-orçamentárias foi de R\$ 300,00, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.</p>
<p>c.9 Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA: Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.</p>
<p>c.10. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente: As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2016 foram de R\$ 65.910,64. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.</p>
<p>c.11. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário: Não houveram transferências concedidas e recebidas.</p>

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SA. JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 13da0113-c1c2-486f-9f7b-078310259d47

FUNDO DE DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO RODRIGO DE SÁ, JOSE ADAUTO DA SILVA
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f3da0113-c1c2-486f-9f7b-078310259d47

c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não se aplica a este demonstrativo.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Romário Rodrigues Pereira
Presidente do Conselho da
Criança e do Adolescente

Thiago Rodrigo de Sá
Contador
CRC PE Nº 027379/O-6